



Revista Brasileira de Ciências do Esporte

ISSN: 0101-3289

ISSN: 2179-3255

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

Oliveira, Bruno Assis de; Damasceno, Luciano Galvão; Hungaro, Edson Marcelo  
Os estudos do lazer na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): apontamentos críticos  
Revista Brasileira de Ciências do Esporte, vol. 40, núm. 3, Julho-Setembro, 2018, pp. 325-334  
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

DOI: 10.1016/j.rbce.2018.03.006

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401358391016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto



## Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

[www.rbceonline.org.br](http://www.rbceonline.org.br)



### ARTIGO ORIGINAL

## Os estudos do lazer na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): apontamentos críticos



Bruno Assis de Oliveira<sup>a,\*</sup>, Luciano Galvão Damasceno<sup>a,b</sup> e Edson Marcelo Hungaro<sup>c</sup>

<sup>a</sup> Prefeitura de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

<sup>b</sup> Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul, SP, Brasil

<sup>c</sup> Universidade de Brasília (UnB), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Brasília, DF, Brasil

Recebido em 6 de junho de 2017; aceito em 16 de março de 2018

Disponível na Internet em 5 de maio de 2018

### PALAVRAS-CHAVE

Estudos do lazer;  
RBCE;  
Teoria social crítica;  
Tempo livre

### KEYWORDS

Leisure studies;  
RBCE;  
Critical social theory;  
Free time

**Resumo** A RBCE demonstrou sua importância e seu pioneirismo ao publicar textos sobre o lazer desde a década de 1980, culminou num volume inteiro sobre o tema na década de 1990, além de presença constante durante os anos 2000. A partir de um grupo de termos vinculados aos estudos do lazer (EL) (lazer, recreação, tempo livre, ócio e tempo disponível), fizemos a busca de artigos na página oficial da RBCE, consideramos o título, o resumo, as palavras-chaves e o corpo do texto. Concluído o levantamento, iniciamos a análise de 60 artigos. Descrevemos a distribuição cronológica, epistemológica e temática dos trabalhos. Por fim, com o objetivo de compreender o significado dessa produção teórica, trazemos um conjunto de apontamentos baseados em autores da teoria social crítica.

© 2018 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

### Leisure studies in the Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): critical notes

**Abstract** The RBCE has demonstrated its importance and pioneering in publishing texts on leisure since the 1980s, culminating in an entire volume on the theme in the 1990s, as well as a constant presence during the 2000s. From a group of terms related to leisure studies (leisure, recreation, free time and available time), we search for articles on the official RBCE website, considering the title, abstract, keywords and body of the text. After the survey, we began the analysis of 60 articles. We describe the chronological, epistemological and thematic distribution

\* Autor para correspondência.

E-mail: [br.olivei@gmail.com](mailto:br.olivei@gmail.com) (B.A. Oliveira).

<https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.006>

0101-3289/© 2018 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

## PALABRAS CLAVE

Estudios sobre el ocio;  
RBCE;  
Teoría social crítica;  
Tiempo libre

of the work. Finally, with the aim of understanding the meaning of this theoretical production, we bring a set of notes based on authors of critical social theory.

© 2018 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. This is an open access article under the CC BY-NC-ND license (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

## Estudios sobre el ocio en la Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE): comentarios críticos

**Resumen** La RBCE ha demostrado su importancia y liderazgo al publicar textos sobre el ocio desde la década de 1980, situación que culminó en un volumen entero dedicado a este tema en la década de 1990, además de una presencia constante de este durante los años 2000. A partir de un grupo de términos vinculados con los estudios sobre el ocio (ocio, recreo, tiempo libre, esparcimiento y tiempo disponible), realizamos la búsqueda de artículos en la página oficial de la RBCE, teniendo en cuenta título, resumen, palabras clave y texto. Concluido el estudio, iniciamos el análisis de 60 artículos. Describimos la distribución cronológica, epistemológica y temática de los trabajos. Finalmente, con el objetivo de comprender el significado de esa producción teórica, aportamos un conjunto de comentarios basados en autores de la teoría social crítica.

© 2018 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este es un artículo Open Access bajo la licencia CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

## Introdução

Um dos periódicos mais longevos da educação física (EF), a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) demonstrou sua importância e seu pioneirismo ao publicar textos sobre o lazer desde a década de 1980, culminou num volume inteiro sobre o tema na década de 1990, além de presença constante durante os anos 2000.

No que concerne à história da RBCE, nos deteremos nas suas próprias páginas. Fundamentados nos editoriais e comunicados, apresentaremos uma proposta de periodização<sup>1</sup>. Tal limite se impõe pela ausência de produção teórica que a trate direta e sistematicamente<sup>2</sup> e devido à nossa impossibilidade de ampliar as fontes de pesquisa (ex. entrevistar os responsáveis de cada fase da RBCE).

A partir de um grupo de termos<sup>3</sup> vinculados aos estudos do lazer (EL) (lazer, recreação, tempo livre, ócio e tempo disponível), fizemos a busca de artigos na página oficial da RBCE, consideramos título, resumo, palavras-chaves e corpo do texto<sup>4</sup>. Concluído o levantamento, iniciamos a análise de 60 artigos. Para tanto, elaboramos uma ficha em que constam título, autor, referência/ano, problema levantado, objetivo principal, tipo de pesquisa/metodologia, resultados

<sup>1</sup> Destacamos que poderão permanecer elementos caracterizados de uma fase noutra. Essa periodização foi sistematizada durante e após lidarmos com a fonte para que evitássemos a construção de formas carentes de conteúdo.

<sup>2</sup> Encontramos somente os artigos de Paiva, Goellner e Melo (1998) e Almeida, Bassani e Vaz (2015).

<sup>3</sup> De acordo com Peixoto (2007), no início do século XX os EL no país estiveram identificados com práticas lúdicas sob a expressão recreação. Em meados do século se associa a expressão lazer para referir-se ao tempo e atividades nos repousos remunerados. Tempo livre e lazer são expressões usadas para tratar das lutas pela redução da jornada e o tempo decorrente. Mais recentemente temos a ocorrência de ócio e tempo disponível. Uma conceituação que abarca as diversas formas em que se referiu ao lazer é a de Mascarenhas (2000, p. 17): "o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante da tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço e vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia".

<sup>4</sup> Notamos que os artigos encontrados datavam até 1994. Ao acessar as revistas isoladamente, percebemos que a busca não envolvia os artigos anteriores ao período por estes serem arquivos "protegidos". Passamos então a acessar as revistas individualmente, exceto os anais do CONBRACE, desde a primeira edição (1979) para a análise dos títulos e resumos.

alcançados/conclusão, concepção de homem/sociedade, palavras-chave e bloco temático.

Para a análise dos estudos relacionados aos EL, descreveremos a distribuição cronológica, epistemológica e temática desses trabalhos. Por fim, com o objetivo de compreender o significado dessa produção teórica, faremos alguns apontamentos baseados em autores da teoria social crítica.

## A RBCE e seu desenvolvimento

A fundação do CBCE ocorreu num momento germinal da EF enquanto campo acadêmico, o que envolvia o desenvolvimento da pós-graduação (PG), a criação de laboratórios e o incentivo para a formação de associações científicas (Damasceno, 2013). Durante essa fase *pioneira/eufórica* (1979-1985) a RBCE<sup>5</sup> foi considerada um “órgão oficial” do Colégio, uma espécie de veículo do “espírito” da entidade<sup>6</sup>. Enquanto a EF começava seu processo de autocritica e renovação, era considerada como uma área que tratava das chamadas ciências do esporte (CE).

Conforme Ribeiro (1981), embora houvesse boa participação de trabalhos no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), não resultava em artigos para a Revista. Predominavam textos de revisão devido ao caráter emergente das CE, apesar da preocupação com as características do brasileiro nas pesquisas empíricas e da busca por metodologias próprias. A partir do v. 4 (1982), notamos as dificuldades de manter a periodicidade. É o início das dificuldades, pois, como se pode comprovar nos editoriais dos v. 4, 5 e 6, o envio de trabalhos era acompanhado de problemas de qualidade e de formatação. Quanto ao teor epistemológico, consideramos que a maioria dos trabalhos vinculava-se à “área biológica” (Comunicado aos editores da RBCE, 1983, p. 102). Assumimos que o fato

de se criticar o caráter empirista rasteiro espalhado na EF e nas CE representava um avanço.

A segunda fase, que coincidiu com a Nova República (1985-1988), trouxe um novo impulso a essa crítica. De acordo com Damasceno (2013), a gestão de Laércio E. Pereira buscou conciliar o sonho dos fundadores de construir um colégio lastreado nas CE com o processo de renovação da EF. Por meio dos editoriais (o púlpito do CBCE) vimos uma postura politizada que demonstrava como a EF se aproximava das ciências sociais e humanidades (CSH) e expressava o momento sociopolítico. Percebe-se a permanência de estudos relacionados à “área biológica”<sup>7</sup>, porém com indicadores ideológicos da nova visão do CBCE.

Podemos considerar essa fase como o novo no seio do velho<sup>8</sup>. Há uma confluência entre desenvolvimento acadêmico, intensa atividade na política brasileira, renovação crítica na educação e possibilidades de publicação (fim da censura). A EF como a área do colégio mais próxima da educação internalizou os grandes problemas que perpassavam o esporte. Talvez o caráter de denúncia e compromisso político esteja mais relacionado com os caminhos que o CBCE visava a percorrer e menos com as características dos textos da RBCE<sup>9</sup>.

Mesmo que o colégio tendesse à EF, os problemas com a periodicidade persistem. Basta ver o v. 8, que publicou os n. 2 e 3 que juntos traziam somente sete textos. Além disso, iniciou-se uma característica da RBCE e um problema do veio crítico da EF: tratar de forma estanque os complexos do ser<sup>10</sup>. Evidentemente que nesse período havia uma ênfase política na crítica ao reducionismo praticado até então, o que fez com que a necessária mediação não se desenvolvesse.

Por conta de a disputa pela presidência do colégio ter gerado uma celeuma entre os partidários de uma ciência “neutra” e os partidários de uma ciência “engajada”, boa parte dos pesquisadores que poderiam contribuir com a manutenção da veiculação da “área biológica” na Revista se retirou (Damasceno, 2013). É nesse período que a RBCE se torna cada vez mais da EF (crítica). Temos a terceira fase que corresponderá à transição político-epistemológica e à agenda temática (1989-1999).

A emergência de iniciativas temáticas para contribuir com a periodicidade irregular, que, igualmente aos períodos iniciais, carece de textos de qualidade e financiamento,

<sup>5</sup> Vaz, Almeida e Bassani (2014, p. 753) afirmam sobre a história da RBCE que: “O primeiro ciclo vai do número inicial até as publicações do final dos anos 1980, e é marcado por certo pioneirismo na editoração científica de revistas; o segundo, do início dos anos 1990 até meados da década de 2000, caracteriza-se pela forte preocupação em elevar os padrões de cientificidade da revista”. O terceiro seria o atual “[...] em curso desde meados dos anos 2000 e demarcado pela internacionalização dos periódicos e do sistema de Pós-Graduação Stricto-Sensu em toda a sua extensão” (VAZ, ALMEIDA e BASSANI, 2014, p. 753). Noutro texto os autores tratam de forma mais detalhada cada ciclo (ALMEIDA, BASSANI e VAZ, 2015). É importante notar que os autores focalizam questões relacionadas à política editorial e vão demonstrando como o periódico, igual a tantos outros, se nutre da produção da PG. Este procedimento ajuda a iluminar a constituição da EF enquanto área acadêmica e como a RBCE acompanhou tal processo.

<sup>6</sup> Entendemos problemática (DAMASCENO, 2013) a sugestão de Paiva, Goellner e Melo (1998) acerca dos momentos/movimentos da RBCE. Nesse caso, referimo-nos a “neutralidade científica e política” (p. 74). A ideia força de produzir formas “simples” de pesquisas empíricas, colegiar diferentes áreas acadêmicas e profissionais e estabelecer relações com os governos com vistas a influenciar a política esportiva, estão permeadas por convicções, compreensões filosóficas e científicas e não por neutralidade. Uma questão foi a atividade política (não identificada à partidária) do Colégio, a outra o tipo de periódico que constituía a RBCE. Por isso entendemos que o “órgão oficial” estava mais para o editorial e menos para os textos.

<sup>7</sup> Vaz e Pereira (1988) publicaram um índice de assuntos que ilustram a predominância da área até aquele momento.

<sup>8</sup> O novo se refere ao protagonismo dos professores de EF e às transformações estruturais que a entidade passara a sofrer, como a criação de secretarias estaduais e o fim da representação no Estado (DAMASCENO, 2013).

<sup>9</sup> Não entendemos que os autores da “área biológica” fossem necessariamente descompromissados com as transformações democráticas. Como é uma orientação epistemológica criticada por seu pretense neutralismo ou desconsideração do ser enquanto ente social, costumamos identificar teoria e política.

<sup>10</sup> G. Lukács (cf. 1969 e 2010) mostra como do ponto de vista ontológico o ser inorgânico forma uma base indispensável ao ser orgânico e estes, por sua vez, uma base ineliminável ao ser social. Na EF não avançamos neste complexo de problemas, muito por conta da forma departamentalizada que a ciência e a teoria social assumiram no século XX.

é desse período<sup>11</sup>. Exemplar é o v. 12 n. 1, 2 e 3 destinados ao lazer (Kunz, 1993a e 1993b), último volume da gestão Celi Taffarel, organizado por Nelson C. Marcellino. Esse pioneirismo contribui para consolidar o afastamento da chamada “área biológica”, uma vez que isso não é comum ao tipo de produção teórica de seus adeptos. É notória a preocupação com a qualificação científica, o conselho editorial passa a ser composto somente por doutores – agora possível com as recentes titulações –, bem como a necessidade de acompanhar a ampliação temática e epistemológica das produções teóricas.

Poderíamos dizer que há um segundo momento nessa fase em que a RBCE, via editorial, passa a se concentrar mais nas temáticas e menos nas questões de conjuntura, mas mantém seu perfil crítico. O espírito da época se tornara pouco propício para uma Revista engajada na democratização do Brasil e uma EF atenta às questões sociais, mediante o fim do socialismo “real”, a crise do *welfare state* e o advento de teorias críticas ao projeto da modernidade.

A partir de janeiro de 1994 tivemos a busca pela consolidação temática por meio do uso dos temas do Conbrace e de trabalhos enviados anteriormente e não publicados, o que amenizará a irregularidade. Por outro lado, é possível que a determinação das temáticas por parte da Revista e das secretarias, sem um diagnóstico do que se pesquisava na área, tenha ocasionado ausência ou envio tardio de trabalhos.

Sob a égide da “divergência científica com vigilância democrática”, Kunz (1994, p. 165) afirmou que a RBCE não privilegiaria posições político-ideológicas e/ou científicas. No entanto, caso a temática elegida não resultasse num texto crítico, haveria a necessidade de encomendá-lo. Uma verdadeira “vigilância democrática” sobre as produções descompromissadas com a realidade brasileira da educação física e esportes”. Embora esse tipo de editorial se tornasse cada vez mais raro, o editor deixa claro que se refere mais à produção teórica esperada do que ao espírito do CBCE. Esse período inicia a preocupação com a indexação internacional da Revista e com um processo de informatização e oferta do acervo (Pires, 1996; Vaz, Almeida & Bassani, 2014; Almeida, Bassani & Vaz, 2015).

Segundo Damasceno (2013), a partir da gestão de Bracht o Colégio visou a uma política com centralidade pedagógica, em que a partir da atividade científica se desenvolveria uma atividade política. Podemos notar esse aspecto nas temáticas emergentes para o campo, embora primassem pela divulgação crítica, o que acarretou algumas vezes a ausência de número temático. Por fim, a exigência de texto completo para participação como autor no X Conbrace (1997) resultou em anais de qualidade ímpar na história do Colégio (Paiva, Goellner & Melo, 1998), exemplo de que o campo da EF se qualificava.

O período *Em busca da qualificação editorial e da internacionalização* (1999-2008) envolveu a fase em que as indicações de temáticas passavam pelos Grupos de Trabalho (GTT) que ocorriam durante o Conbrace ou eram

demandadas pelo conselho editorial. Desse modo, a Revista mantém-se ligada às discussões propostas pela entidade e sintonizada com a produção da PG.

A Revista neste período deu um salto qualitativo, desde formato, constituição de um conselho editorial representativo das tendências científico-epistemológicas, criação de uma consultoria destinada aos pareceres, introdução do espanhol no resumo e do inglês no título e concepção da capa, que passou a ser uma obra de arte que se relacionasse com a temática central. Interessante como nas novas normas adotadas pela Revista, ao mudar para o formato livro, não se fala em CE.

Apesar de a Revista iniciar o período com o estabelecimento de relações com as temáticas dos GTTs, com o tempo se aproximou das problemáticas levantadas durante as reuniões anuais da SBPC. Parece-nos que a escolha dos temas estava determinada pelas necessidades do campo acadêmico, pelo menos de uma franja dele que dialogava com o CBCE. No período de editoria de Ferreira Neto a RBCE é levada a repensar seu lugar no CBCE, uma vez que se traduzia na difusão do que parte do campo acadêmico da EF e as chamadas CE produziam, o que não lhe conferia uma responsabilidade solitária (Ferreira Neto, 2003 e 2004). No fim dessa editoria a Revista se encontrava no Qualis A e com a formação de um conselho editorial internacional. A busca da RBCE de difundir uma produção de qualidade da “EF e esportes”, termo que passa a usar, parece que atingia um novo patamar de qualidade.

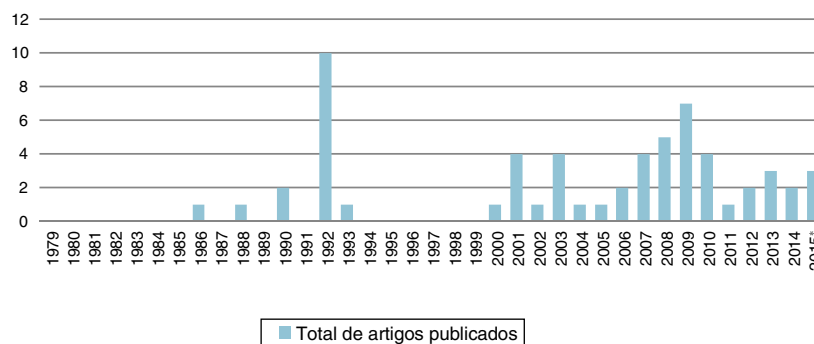
Na editoria de Carmen Lúcia Soares e Jocimar Daolio há uma regularização na publicação em temáticas – até a resenha foi temática –, ocasionou o não uso da “demanda” não temática, o que a torna uma editoria única na história da RBCE. Os editores dão continuidade a uma intenção de internacionalizar a Revista, algo que está na pauta desde a editoria de Pires e Ferreira Neto.

A fase atual, a *Qualificação*<sup>12</sup> no bojo do *produtivismo acadêmico* (2008-2015), inicia-se ainda na editoria de Fraga e Goellner. É notória a preocupação com a suspensão das temáticas com vistas a abrir espaço para uma produção teórica pouco veiculada pela Revista, mas que poderia colaborar com a “qualificação” dentro das regras do jogo. Há uma confluência entre a busca pela internacionalização, pela indexação e pelo avanço no Qualis-Periódicos. Damasceno (2013) aponta para as preocupações com a necessidade de diálogo com pesquisadores das biodinâmicas nas gestões de Mascarenhas, que passavam pelos comitês científicos dos GTT desde 2005. É nesse sentido que Damasceno (2013) sugere uma busca de qualificação científica dentro da ordem, o que não sugere passividade.

Essa fase da Revista é cheia de nuances. No entanto, parece-nos que o fio condutor – que muitas vezes conduziu à força – é a internacionalização. Como Vaz, Almeida & Bassani (2014) asseveram, a PG, ao se orientar por um

<sup>11</sup> Embora Paiva, Goellner e Melo (1998) entendam que surgiu uma tentativa anterior de estruturar a Revista temática, entendemos que houve somente a iniciativa de pela capa chamar a atenção para um texto importante, inclusive indicando sua página.

<sup>12</sup> Aspeamos o termo por entendermos que a qualificação não deve ser medida somente pelo Fator de Impacto. Ela deve ser avaliada pelo impacto social relacionado à relevância da produção e a quem ou o que ela se dedica. Pelos atuais critérios de avaliação na PG em EF, os pesquisadores das subáreas pedagógicas e socioculturais são prejudicados.



**Figura 1** Total de artigos publicados.

\* somente primeiro semestre.

processo de internacionalização da sua produção – pouco conhecida no exterior –, passa a avaliar com base em indexadores e exigências de novos tipos, promove um processo de adaptação.

A RBCE fará, grosso modo, três movimentos nem sempre sincronizados, que ora a afastam do CBCE ora a aproximam: a busca constante da “qualificação” e de financiamento e a intenção de manter aberto o diálogo crítico no âmbito da PG. No primeiro movimento consta o fim da temática, que abre e aumenta o fluxo de pesquisas oriundas das biodinâmicas, e a “cotização” do espaço; constante adequação editorial e normativa aos parâmetros dos indexadores almeçados; criação da RBCE online, aberta, gratuita; qualificação do conselho editorial e pareceristas; indexações com peso internacional, como Scielo, WoS e Scopus; contrato com a editora Elsevier com vistas à profissionalização.

No segundo movimento temos, sistematicamente, desde a editoria de Ferreira Neto, a busca de um financiamento via CNPq que fosse regular. Ao consultarmos<sup>13</sup> o CNPq notamos

que há investimento em 2003-2004 com intervalo de sete anos (2011) para o início de novos investimentos até o ano presente. Nota-se que mesmo com um intervalo de sete anos a chancela do CNPq permaneceu na capa da RBCE. A questão do financiamento em longo prazo é central, pois permitiu avançar no processo de profissionalização e “qualificação” e liberar o tempo que os pesquisadores dedicam à Revista.

No terceiro movimento – o do diálogo crítico – residem muitos problemas. É um movimento em que o CBCE deve ter mais protagonismo do que a RBCE. Listemos dois problemas centrais que se desdobram em outros: critérios de avaliação únicos na PG baseados nas ciências naturais (CN) para subáreas diversas com ancoragens nas CSH, o que conduz ao descredenciamento de pesquisadores dos seus programas, à migração de áreas e a alteração na política editorial dos periódicos.

Outro problema é a tendência a exigir mais textos em inglês como parâmetro de internacionalização, o que induz uma Revista do estrato superior a se tornar pouco lida regionalmente e diminui o espaço aos pesquisadores das subáreas pedagógica e sociocultural. Assim a internacionalização não é vista sob a ótica da vizinhança, em que poderíamos publicar em espanhol e português, mas da mundialização.

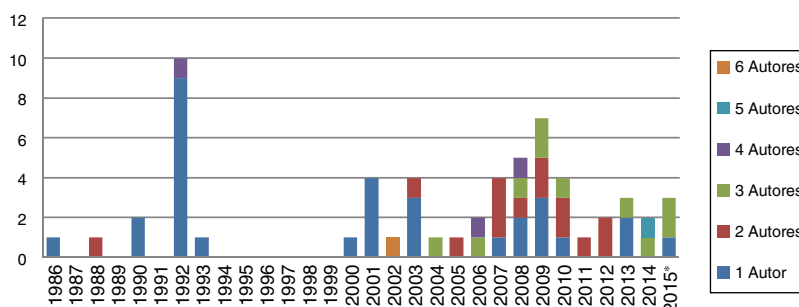
## Notas preliminares sobre os EL na RBCE

Embora a busca de artigos vinculados aos EL na Revista tenha sido orientada desde 1979, não encontramos artigos na fase *Pioneira/Eufórica*. Assim, nosso estudo abrangeu somente artigos publicados entre 1986 e o primeiro trimestre de 2015 (fig. 1). Nesse período, as ocorrências serão marcadas pela irregularidade, uma vez que alguns volumes são temáticos.

Se considerarmos as características teóricas dos objetos de estudo podemos afirmar que nos EL a maioria dos artigos

<sup>13</sup> Maiores informações: <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmthome.jsp>? Acesso em 11/03/2016. É importante notar que o CNPq financia a revista com maior ou menor regularidade desde os anos de 1980. Não conseguimos obter a tempo as informações sobre o financiamento via Ministério do Esporte a partir de 2003. Nos restringimos em nossa afirmação somente ao período citado, no entanto, ao consultarmos os editoriais da revista percebemos que a questão do financiamento é historicamente recorrente (LMEIDA, BASSANI e VAZ, 2015), devido, entre outros aspectos, à regularidade da publicação e ao escopo editorial de cada momento. Observamos que as informações sobre financiamento podem ser encontradas em vários editoriais, a partir do v7n3 de 1986, bem como, na folha de rosto e na contracapa da revista. Neste último espaço encontramos informações nos volumes publicados em 1998 e 1999. Com frequência a informação sobre a instituição financiadora se encontra na folha de rosto. As instituições que financiaram a publicação do periódico foram: Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED/MEC), Ministério de Ciência e Tecnologia, INDESP (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto), Ministério do Esporte, Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e CNPq. Esta última manteve uma relação de financiamento mais duradoura, não obstante, alguns intervalos. Para uma história do financiamento da RBCE seria necessário, para além dos dados encontrados em seu corpo, uma pesquisa nos documentos de cada instituição que de alguma forma a financiou, bem como as correlações de forças ideológicas existentes e a política científica de cada momento. Estamos longe

de oferecer sequer um pontapé inicial para cumprir tal tarefa. Para os interessados listamos a seguir os editoriais que de algum modo se remeteram ao problema crônico do financiamento: v10n2 (1989, p. 47), v10n3 (1989, p. 2), v11n2 (1990, p. 105), v11n3 (1990, p. 169), v12n1, 2 e 3 (1992, p. 247), v13n3 (1992, p. 320), v16n2 (1995, p. 81), v16n3 (1995, p. 150), v18n3 (1997, p. 165), v19n2 (1998, p. 3), v21n2 e 3 (2000, p. 3), v22n1 (2000, p. 8), v24n1 (2002, p. 7), v25n1 (2003, p. 8), v31n1 (2009, p. 8), v33n4 (2011, p. 807), v34n1 (2012, p. 10), v34n2 (2012, p. 261), v34n4 (2012, p. 801), v35n4 (2013, p. 807), v39n1 (2017).



**Figura 2** Distribuição do número de autores por artigo no período (1986-2015).

\* somente primeiro semestre.

vincula-se às subáreas sociocultural e pedagógica, portanto orientados pelas CSH (n=57), enquanto a minoria (n=3) está associada às CN. Entre os artigos relacionados às CN encontramos produções que “ocultam” o sujeito na condição de “grupo analisado”, desconsideram os determinantes sócio-históricos. Buscou-se investigar, por exemplo, o nível de atividade física dos pais e seus reflexos sobre os filhos e estilo de vida ativo/sedentário, sem qualquer reflexão sobre o trabalho alienado, a duração da jornada ou a qualidade dos espaços de lazer.

Temos, assim, um cenário nos EL na RBCE diverso daquele presente na PG em EF, no qual predominam as CN. Consideramos importante retomar as conclusões de [Carvalho e Manoel \(2011\)](#) sobre a chamada “atração fatal para a biodinâmica”. Para os autores, as subáreas sociocultural e pedagógica encontram sérios obstáculos para compatibilizar suas concepções teóricas e metodológicas com os modos hegemônicos de pensamento, investigação e ação na PG em EF, ameaçando seriamente o que a EF compreende e agrega como prática social e pedagógica.

Apenas dois artigos não estão em língua portuguesa, revelando os limites da intenção de internacionalização da revista. O predomínio das publicações individuais também é observado ([fig. 2](#)). Porém, nota-se desde os anos 2000 a tendência ao aumento do número de produções coletivas (dois ou mais autores), como uma possível intercorrência do produtivismo acadêmico<sup>14</sup>.

Por fim, foram identificadas 209 palavras-chaves<sup>15</sup>, 120 termos se desconsiderarmos as reincidências. Além do termo lazer (n=39), apareceram com maior frequência: política pública (n=21), esporte (n=18) e EF (n=17) ([fig. 3](#)). Destacamos que foram encontrados artigos sem palavras-chave (n=4), enquanto outros traziam até seis termos.

<sup>14</sup> Como a avaliação dos programas de PG é composta fundamentalmente pelos critérios de produção acadêmica, o “produtivismo” é estimulado. Impulsionado pela busca da quantidade, do local de publicação, idioma, fator de impacto e indexadores, é constituído um cenário preocupante para a PG em EF.

<sup>15</sup> Fizemos uma distinção das palavras-chave entre o termo *isolado* e termos *combinados* com o objetivo de observar mais detidamente suas ocorrências. Por exemplo, o termo “esporte” aparecerá isoladamente em alguns artigos, mas surgirá em outros numa forma específica, o “esporte universitário”.

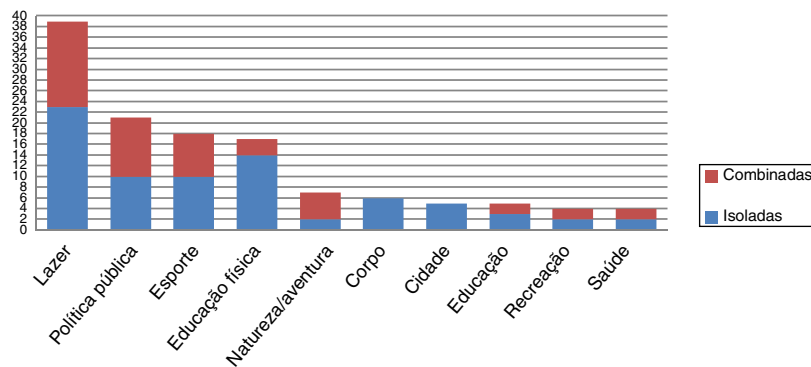
## Apontamentos críticos sobre os EL na RBCE

Iniciaremos a exposição com destaque para os aspectos que consideramos serem centrais nos artigos analisados e suas possíveis repercussões para os EL.

Chamou-nos atenção a pouca ocorrência de perspectivas teórico-metodológicas que levem em consideração uma compreensão de totalidade, principalmente as marxistas, e que situe o lazer no macrocontexto histórico e social. Contribui para isso a ausência da noção de “classe” enquanto categoria de análise e a história como eixo explicativo. É o *predomínio* das teorias que defendem as teses pós-modernas<sup>16</sup> nos EL, conforme observado em estudo feito por [Peixoto \(2007, p. 50-51\)](#).

Destacamos que o modo como diferentes segmentos sociais compreendem e ocupam seu “tempo livre” representa 35% dos EL publicados (n=21). Acontece que as percepções individuais e as atividades isoladamente não dizem muito por si, devem ser investigadas na complexa articulação com

<sup>16</sup> [Netto \(2010\)](#) diz que o campo pós-moderno é heterogêneo, e que a distinção ideopolítica é simples de ser feita, uma vez que de um lado estão os pós-modernistas de “oposição”, os quais se pretendem críticos a ordem do capital, como é o caso de Boaventura de Souza Santos, e doutro os pós-modernistas de “celebração”, os quais estão convencidos que a ordem do capital é a última estação da história, como é o caso de Jean François Lyotard. Já no campo teórico a distinção é difícil, por isso, entende que há teorias pós-modernas. Propõe um denominador comum entre elas: “a) Aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão da sua inteira existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre *aparência* e *essência* e, sobretudo, a dissolver a especificidade de modalidades de conhecimento – donde, por consequência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico; b) a recusa da categoria de *totalidade* – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações societárias contemporâneas, ou porque lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas – ou pelas duas ordens de fatores; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva das hiper-realidades ([NETTO, 2010, p. 261-262](#)). Os itálicos e aspas são do original.



**Figura 3** Palavras-chaves com maior número de ocorrências.

a totalidade social<sup>17</sup>. Porém, o limite do conhecimento nesses casos, de modo geral, é o fenômeno imediato. Esse tipo de pesquisa nos transmite a compreensão (na maioria das vezes velada) que sugere a impossibilidade de conhecer o real em sua complexidade (Coutinho, 2010).

O uso de expressões do tipo “era da informação” (Pinto, 2001) e “sociedade do conhecimento” (Silva, Terra e Votre, 2006) é também demonstração dessa tendência<sup>18</sup>. Por trás dos termos está a negação do trabalho enquanto fundamento e modelo da práxis social<sup>19</sup>. Como a maioria dos artigos analisados, de algum modo, aborda as transformações operadas a partir da década de 1990 no Brasil, surpreende o pequeno número de referências às inovações organizacionais no mundo do trabalho (como o *toyotismo*).

O entendimento do lazer enquanto consequência imediata do desenvolvimento tecnológico (Hunger, Squarcini e Pereira, 2004), e não como resultado dos conflitos entre as classes sociais, conforme observado por Cunha (1987) e Mascarenhas (2003), ignora o acirramento das contradições sociais. Nesse sentido, afirmar que “o ser humano vive em uma sociedade moderna e prática, em que o esforço físico tem diminuído de maneira significativa devido ao conforto proporcionado pelo advento de novas tecnologias” (Bastos, Santos, 2010), serve apenas para naturalizar relações historicamente determinadas.

A seguir, combinaremos a ordem cronológica e o surgimento das temáticas na Revista seguidos de apontamentos a partir de autores vinculados à teoria social crítica.

Em 1986 a crítica ao fenômeno esportivo obteve espaço inédito na RBCE. Com o aporte das CSH analisou-se a “contribuição” da EF para o processo de socialização de

crianças e adolescentes. Para Bracht (1986), o esporte escolar pode ser considerado uma forma de controle social, pela adaptação dos praticantes (e espectadores) aos valores e às normas dominantes, é fundamental identificar os espaços a serem ocupados no sentido de uma ação transformadora. Freitas e Cardoso Filho (1988), ao problematizar a hegemonia imperialista e a chamada “decapitação cultural”, apresentam críticas à EF voltada para o consumismo mistificado e mitificação do professor como um “ser em si”, apenas “no mundo”, à margem do processo histórico. Nesse contexto, a práxis revolucionária deveria ser pano de fundo do questionamento crítico à invasão e ao imperialismo cultural.

Ao refletir o contexto histórico posterior à Constituinte e estabelecer projeções a partir da eleição de Fernando Collor, Cristán (1990) destacou os riscos para as políticas públicas, particularmente, o esporte e o lazer. Para a autora, sem mobilização e luta popular o bloco no poder se fortaleceria e tenderia a promover mais cortes orçamentários (o que se confirmou, apesar das lutas). No mesmo contexto, outros autores tematizaram a preocupação com o esporte e tempo livre em outros países da América Latina.

O v. 12 da RBCE (n. 1, 2 e 3), publicado em 1992, registrará o pico em número de artigos (n-10). Foram tematizadas a participação dos trabalhadores na definição das políticas de lazer em empresas públicas e privadas, desdobradas em propostas para uma definição democrática; as relações entre lazer, ócio e formação social brasileira; o jogo, a brincadeira, o lúdico e a infância; e o culto ao corpo. Identificamos a busca por uma ciência engajada, fundada na crítica ao lazer funcionalista, que demonstra a enorme influência das obras de Marcellino<sup>20</sup>, porém, em alguns casos, promove aquilo que Mascarenhas (2005) chamará de “busca pelo ócio perdido”, na qual a reivindicação de modos de vida do passado apenas desarma as potencialidades do lazer na perspectiva da emancipação humana.

<sup>17</sup> Abordamos esse tema e suas implicações sob os EL com maior profundidade em Oliveira (2016).

<sup>18</sup> Nos dois casos não se tratam de termos isolados nos respectivos artigos, mas elementos que servirão de pressupostos teóricos das investigações.

<sup>19</sup> Lukács (1979) identificou na ontologia (marxista) do ser social o trabalho como complexo fundamental, isto é, modelo da práxis social que não é redutível ao trabalho e que envolve ineliminavelmente como fenômenos necessários e coetâneos, a linguagem e a sociabilidade. Nesta perspectiva o trabalho corresponde a um processo entre o homem e a natureza. Em linhas gerais, trata-se de um metabolismo mediado pela ação humana que, ao modificá-la, altera simultaneamente o próprio homem (MARX, 1996, p. 297).

<sup>20</sup> Marcellino é o maior expoente dos estudos do lazer no Brasil considerando a recepção de seus trabalhos pelo mercado editorial (PEIXOTO, 2007; Mascarenhas, 2005). Suas debilidades na apropriação da obra marxiana são mencionadas por Peixoto (idem), particularmente, naquilo que se refere a fragilidade na abordagem da categoria trabalho e do equívoco em se rejeitar suas contribuições para a compreensão do lazer, influenciando toda uma geração de pesquisadores.

Destacamos nesse volume um artigo que atribuiu aos sindicatos exclusivamente o papel de “negociador para a melhoria das condições de vida do trabalhador”, com o objetivo de “uma ambiência favorável não apenas à produtividade, mas também ao bem estar social do indivíduo, dando ênfase à saúde ocupacional e, conseqüentemente, ao lazer” (Marcolino, Ramalho, Madsen e Olivieri, 1992). Nesse embrião do sindicalismo cidadão, não se almeja a construção de condições subjetivas e objetivas para a ruptura radical com o modo de produção capitalista, mas atribui-se ao lazer a condição de forma de “atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social” (Marcolino et al., 1992).

Na ambiência da “ofensiva neoliberal”, as políticas públicas de lazer foram analisadas, porém sem a devida atenção a três características centrais do período: privatização, descentralização e focalização. São estudadas as experiências de gestão, a questão urbana e o espaço de lazer e as relações entre o esporte universitário e o Estado. Apenas recentemente essas três características centrais foram abordadas na investigação das políticas sociais durante os governos Lula (Athayde, Mascarenhas e Salvador, 2015; Silva, Borges e Roeldes, 2014).

Envolvendo os chamados “projetos sociais”, encontram-se críticas ao terceiro setor, à mercantilização das práticas e à precariedade das políticas sociais. As chamadas “minorias sociais” foram analisadas em sua relação com o lazer em dois artigos, que envolveram comunidades quilombolas e a “pessoa portadora de deficiência física”. Porém, não se discute como a “força de trabalho supérflua” corresponde a uma necessidade para a reprodução ampliada do capital (Mészáros, 2011). Portanto, em vez de exclusão de negros quilombolas, “pessoas portadoras de deficiência física”, entre outros, temos a superexploração dos setores mais precarizados. Curiosamente, a temática da opressão da mulher, historicamente submetida à dupla jornada, privada de qualquer “tempo livre”, sequer é mencionada nos 60 artigos.

As transformações estruturais e simbólicas nas formas de compreender e vivenciar o tempo e o espaço foram investigadas com o propósito de captar a complexidade que envolve o espetáculo esportivo (Marin, 2008). O espetáculo esportivo televisivo no contexto da mundialização do entretenimento, da cultura do consumo, predomina em termos de usos e de produção de sentido no cotidiano das sociedades contemporâneas. Desse modo, temos um importante exemplo do predomínio do *mercolazer* (Mascarenhas, 2005), no qual a mercadoria deixa de ser uma exceção, no caso do lazer, para alcançar a condição de regra geral. Enquanto possibilidade de lazer, o espetáculo esportivo evidencia a “centralidade do consumo”.

Nas disputas em torno do espaço encontramos perspectivas diferentes. Enquanto Rechia (2007) superestima o significado que a comunidade atribui a alguns lugares da cidade, suas formas de apropriação e usos no plano da vida cotidiana, Mascarenhas (2003) afirmará que o complexo econômico, político e cultural insere o lazer numa dinâmica que envolve tendências predominantes (singularidades mais marcantes), expressão do contraditório e sob os determinantes das forças sociais em disputa.

A partir dos anos 2000 um número expressivo de artigos abordou as atividades de aventura. Entendemos que essa tendência guarda estreita relação com o aumento da incerteza política, econômica, social e cultural. Conforme Mascarenhas (2005), esse é o contexto que possibilitou a forma mais desenvolvida e elaborada do *mercolazer*: o *êxtase lazer*. Trata-se de uma experiência altamente fragmentada e reiterativa, de conteúdo cada vez mais pobre no que diz respeito ao seu valor social e ao tipo de sociabilidade produzida.

As temáticas nesses estudos são as mais variadas: discussões acerca da terminologia, atitudes, motivações e comportamentos dos praticantes, oferta de atividades, a perspectiva da educação ambiental, percepções dos praticantes, processos históricos específicos e a perspectiva da emancipação humana. A respeito dessa última, pesquisadores apontaram a relação seres humanos-natureza, mediada pelas atividades de aventura, como um espaço-tempo privilegiado para a transformação do sujeito, da ordem socioeconômica e das relações sociais, criticam a submissão dessas práticas à lógica do mercado e do utilitarismo.

Entendemos que o que está em jogo é a sobrevivência da própria humanidade. Ao se opor aos interesses da produção humanamente significativa e compensadora, o capital tende à expansão global de sua *autorreprodução destrutiva*. Essa não enfrenta meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, mas desafia a própria sobrevivência da humanidade (Mészáros, 2011). O predomínio da concepção idealista-subjetivista (Mascarenhas, 2005) na maioria dos autores que investigaram as atividades de natureza é evidente: “um lazer crítico e criativo seria capaz de possibilitar o transporte de valores, contrários à lógica hegemônica de capitalismo e individualismo, para a vida real” (Bahia, Sampaio, 2007).

A ação política, assim, tornar-se-ia secundária, prevaleceria a *atitude*, que atingiria patamares impressionantes em alguns autores. Chega-se a afirmar que o tempo gasto nos períodos de circulação entre os lugares de moradia, trabalho, estudo e do próprio lazer poderia ser mais bem aproveitado caso as pessoas tivessem “sido educadas para usar esses momentos de forma recreativa” (Stucchi, 2001). Nesse caso, caberia ao lazer, como “estado de espírito”, por meio dos conteúdos recreativos educativos, “completar” uma nova geração de sujeitos. A perspectiva da emancipação humana, assim, dá lugar ao conformismo.

Outro conjunto de estudos teve no modelo empresarial sua referência. Processos socioeconômicos são naturalizados e a chamada “responsabilidade social empresarial” é aclamada. Busca-se aplicar a “eficácia” das ações empresariais, a superação do isolamento do setor produtivo privado e de fomentos governamentais. Almeja-se ter no esporte e lazer alavancas para “os valores sociais de forma a não somente promover a inclusão social, mas também auxiliar na diminuição do desemprego estrutural por meio da educação” [sic] (Silva et al., 2006) e a gestão de RH que mire a competitividade das organizações no mercado (Maciel, 2009).

A crítica a esse fenômeno está presente na própria RBCE. A sociedade esportivizada gerida pela lógica empresarial, exacerbação do ideário neoliberal, manifesta-se na valorização de um estilo de vida que naturaliza a incessante

procura pela melhoria do desempenho e espalha seus efeitos nos diferentes campos da existência (Sayão, 2015). A problematização da lógica que cultua a relação do “eu eficaz” com o corpo e o movimento cria as condições para o questionamento do culto ao desempenho e às promessas de felicidade. Do mesmo modo, Marin (2001), ao refletir sobre a formação profissional, afirmou ser incoerente diante de tantas contradições geradas pelas diferenças sociais, desemprego, trabalho alienado, desumanização das relações, que as universidades tenham referência no metabolismo social do capital.

Por fim, a investigação sobre o conhecimento produzido nos EL, espécie de “estado da arte”, vai aparecer na RBCE somente em meados da primeira década dos anos 2000. Ela se refere às políticas públicas do lazer e tem como fontes: a) as revistas Movimento, RBCE, Motrivivência e o Conbrace; b) a sociologia reflexiva dos campos de Bourdieu; e c) a análise de programas de intercâmbio e cooperação internacional em lazer.

## Considerações finais

Iniciamos com uma breve história da RBCE e uma proposta de compreensão dividida em fases, mais com vistas a subsidiar e contextualizar em que momento os textos foram publicados, e menos com vistas a tornar exaustiva a compreensão de tão relevante periódico. Avançaremos em nossa proposta de compreensão da RBCE noutro momento.

Constatamos a ausência de publicações sobre os EL em toda a primeira fase (*Pioneira/Eufórica*). A publicação dos primeiros artigos ocorrerá fruto do diálogo da EF com o referencial das CSH (meados da década de 1980), enfatizará a não neutralidade científica e a necessidade do engajamento na ação política. Esse processo se ampliará na década de 1990, ainda que resulte em pouca produção teórica crítica de qualidade. Nos anos 2000, identificamos a ampliação do quadro teórico-metodológico e maior frequência do tema, tanto pela ampliação dos estudos na área e maior espaço para publicações na Revista (fim das edições temáticas) quanto pelo impulso dos critérios de avaliação da PG e da regularidade resultante do financiamento da RBCE pelo CNPq.

Na medida em que o trabalho deixa de ser, para muitos autores, eixo explicativo dos processos sociais, o conteúdo do projeto neoliberal, as inovações organizacionais no mundo do trabalho, a privatização, a descentralização e a focalização nas políticas, bem como o desemprego estrutural e a crescente precarização do trabalho, são abstraídos ou formalmente considerados. Tanto é que nos anos 2000 o modelo empresarial é referência para um grupo de artigos que naturalizam processos socioeconômicos, aclamam a responsabilidade social empresarial e objetivam sua “eficácia”. A afirmação de um projeto histórico comprometido com a emancipação humana, por outro lado, quase não ocupa espaço, mesmo nos artigos de viés crítico. Atribuímos essa debilidade ao cenário gerado pela pós-modernidade, combinada aos efeitos da crise do “socialismo real” e da hegemonia neoliberal.

Entendemos que os artigos veiculados na RBCE refletem o que tem sido pesquisado pela área (EF) e suas características teóricas. No entanto, permitir que a aproximação das

instituições de fomento, indexadores, avaliações de periódicos etc. comprometa o tipo de conhecimento veiculado poderá representar um enorme recuo em relação à tradição e ao respeito conquistados em décadas de intervenção do CBCE. Obviamente que essa é também uma luta contra a lógica vigente de produção do conhecimento e seu fomento. Passa, por exemplo, por não igualar os programas presentes na Área 21, vez que os indicadores de avaliação adotados e aplicados linearmente para a Grande Área da Saúde punem fortemente as subáreas cultural e pedagógica, fundamentalmente orientadas pelas CSH.

A RBCE, como em outros momentos cruciais de sua história, terá que fazer a escolha do caminho a seguir, o que não dependerá somente dos seus editores, e sim do CBCE como um todo e da fração da EF/CE interessada em seu histórico protagonismo progressista.

## Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Almeida FQ, Bassani JJ, Vaz AF. Vicissitudes de uma história da RBCE: 35 anos de editoração científica (1979-2013). Motrivivência, Florianópolis, vol. 26. Florianópolis: Motrivivência, 2015. p. 135-153.
- Athayde PFA, Mascarenhas F, Salvador E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. Rev Bras Ciênc Esporte 2015; 37:2-10.
- Bahia MC, Sampaio TMV. Lazer-Meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. Rev Bras Ciênc Esporte 2007; 28: 173-189.
- Bastos AA, Santos ACA. Identificação dos níveis de qualidade de vida em escolares do município de Nossa Senhora das Dores – Sergipe. Rev Bras Ciênc Esporte 2010; 31: 91-103.
- Bracht V. A criança que pratica o esporte respeita as regras do jogo. capitalista. Rev Bras Ciênc Esporte 1986; 72:62-68.
- Carvalho YM, Manoel EJ. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. Educação e Pesquisa 2001; 37: 389-406.
- Coutinho CN. O Estruturalismo e a miséria da razão. 2ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.
- Comunicado aos editores da RBCE. Rev Bras Ciênc Esporte 1983; 4: 66.
- Cristán ML. Políticas Públicas para os esportes no Brasil. Rev Bras Ciênc Esporte 1990; 11: 186-190.
- Cunha N. A Felicidade Imaginada: a negação do trabalho e do lazer. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Damasceno LG. A educação física na formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Campinas, SP: Papirus, 2013.
- Ferreira Neto A. Editorial. Rev Bras Ciênc Esporte 2003; 25: 7-8.
- Ferreira Neto A. Editorial. Rev Bras Ciênc Esporte 2004; 25: 7-8.
- Freitas FMC, Cardoso Filho J. Educação física: decapitação cultural e hegemonia imperialista. Rev Bras Ciênc Esporte 1988; 9: 55-61.
- Hunger D, Squarcini CFR, Pereira JM. A pessoa portadora de deficiência física e o lazer. Rev Bras Ciênc Esporte 2004; 25: 85-100.
- Kunz E. Editorial. Rev Bras Ciênc Esporte 1993; 14: 109.
- Kunz E. Editoração em Educação Física/Ciências do Esporte no Brasil. Rev Bras Ciênc Esporte 1993b; 14:109.
- Kunz E. Editorial. Rev Bras Ciênc Esporte 1994; 15: 165.
- Lukács G. Conversando com Lukács: entrevista a Leo Kofler, L., Hans H. Holz, Wolfgang Abendroth. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- Lukács G. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho; revisão

- de Antônio Elias Ribeiro. São Paulo/SP: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.
- Lukács G. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Maciel MG. Perfil do gestor de lazer nas empresas. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2009; 31: 57-73.
- Marcolino LC, Ramalho CM, Madsen JEH, Olivieri LBC. A questão do lazer e esporte na empresa. *Rev Bras Ciênc Esporte* 1992; 12: 297-301.
- Marin EC. Currículo e formação do profissional de lazer. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2001; 23: 123-130.
- Marin EC. O espetáculo esportivo no contexto da mundialização do entretenimento midiático. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2008; 30: 75-89.
- Marx K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, volume I, Livro Primeiro. Tomo I, 1996. (Os economistas, vol. V).
- Mascarenhas F. Lazer e grupos sociais: concepções e método. Dissertação. UNICAMP, Campinas, 2000. Dissertação.
- Mascarenhas F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2003; 24: 121-143.
- Mascarenhas F. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer. UNICAMP, Campinas, 2005. Tese de Doutorado em Educação Física.
- Mészáros I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.
- Netto JP. Posfácio. In: Coutinho CN. Estruturalismo e a miséria da razão. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- Oliveira BA. Subjetividade e lazer: contribuições para uma análise crítica. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Dissertação de Mestrado.
- Paiva FSL, Goellner SV, Melo VA. Revista Brasileira de Ciências do Esporte: bibliografia e perfil. *Rev Bras Ciênc Esporte* 1998; n. especial: 72-79.
- Peixoto EMM. Estudos do lazer no Brasil: apropriação da obra de Marx e Engels. UNICAMP, Campinas, 2007. Tese de Doutorado.
- Pinto LMM. Formação de educadores e educadoras para o lazer: saberes e competências. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, 2001; 22: 53-71.
- Pires GL. Editorial. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 1996; 17: 211.
- Rechia S. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2007; 28: 89-107.
- Ribeiro JP. Editorial. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 1981; 2: 5.
- Sayão MN. O culto (in)quieto do eu eficaz. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2015; 37: 35-41.
- Silva CAF, Terra BRC, Votre SJ. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer do desenvolvimento local. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2006; 28: 167-183.
- Silva DS, Borges CNF, Roeldes AD. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória – ES. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2014; 36.
- Stucchi S. As relações do homem com o espaço de circulação da cidade e o significado da função urbana de recrear. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2001; 23: 99-108.
- Vaz LGD, Pereira LE. Índice da Revista Brasileira de Ciências do Esporte: n° 1(1) a 9(1) – set. 1979 a set. 1987. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 1998; 10: 33-45.
- Vaz AF, Almeida FQ, Bassani JJ. Revista Brasileira de Ciências do Esporte: dificuldades, desafios e dilemas da editoração científica. *Rev. Bras. Cienc. Esporte* 2014; 36: 752-758.